



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

Industrialização e progresso: a lição da Revolução de Outubro Giorgio Grimaldi

Como citar: GRIMALDI, G. Industrialização e progresso: a lição da Revolução de Outubro. *In:* DEO, A.; BATISTA, F. M. (org.). **100 Anos da Revolução Russa: a transição socialista como atualidade histórica.** Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020. p. 189-204.
DOI: <https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-09-5.p189-204>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

INDUSTRIALIZAÇÃO E PROGRESSO: A LIÇÃO DA REVOLUÇÃO DE OUTUBRO¹

Giorgio Grimaldi

PREMISSA DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA A REVOLUÇÃO BURGUESA E VICE-VERSA.

Por suas dimensões, dinâmicas e conteúdos, somente a Revolução Francesa pode ser proposta para uma comparação com a Revolução de Outubro, porque o ciclo revolucionário inglês e em maiores dimensões a Revolução Americana, enquanto preparação também sobre o plano ideológico dos eventos de 1789, fazem referência a grupos sociais muito diversos daqueles que serão protagonistas das transformações posteriores. Naturalmente - e não somente do ponto de vista cronológico - a relação entre essas duas grandes épocas de crises históricas deve ser imediatamente invertida: a Revolução Francesa foi um desarranjo político e social, cujas repercussões em larga escala deram início a um ciclo revolucionário que só seria concluído exatamente duzentos anos depois.

¹ Publicado originalmente em “Materialismo Storico. Rivista di filosofia, storia e scienze umane”, n. 2/2017, *Rivoluzioni e restaurazioni, guerre e grandi crisi storiche: cento anni dall'Ottobre russo (parte prima)*, a cura di Stefano G. Azzarà, p. 108-122. Tradução: Matteo Bifone. Revisão: Anderson Deo.

<https://doi.org/10.36311/2020.978-65-86546-09-5.p189-204>

Deixamos de lado os eventos intermediários, como a Comuna de Paris. Deixamos também o fato de que no final do século XIX a burguesia para tomar o poder teve que colocar em ação forças contraditórias a si própria, abrindo o caminho para instâncias novas e mais avançadas; forças talvez contrapostas aos interesses próprios da burguesia, mas que continuaram a mover-se no caminho de sua origem. Se a Revolução de 1789 viu a tomada de poder político por parte de uma classe que já detinha de fato o poder econômico, a Revolução de 1917 teve que enfrentar pelo menos dois obstáculos: chegar ao socialismo a partir de uma economia prevalentemente agrária.

A direção bolchevique assumiu a tarefa de transformar um país, cuja estrutura econômica tinha apenas alguns elementos de capitalismo. Um país muito longe das condições objetivas nas quais deveria amadurecer o socialismo, isto é, a presença de uma economia de mercado muito longe de ser a mais adequada ao desenvolvimento das forças produtivas, as quais não deveriam fazer nada a mais que quebrar o seu involucro. Na Rússia, ao contrário, a transição de uma economia pré-capitalista (ou no máximo próto capitalista) não poderia ter sido de nenhuma forma imediata e indolor. Passagem obrigatória seria uma industrialização capaz de realizar aquele desenvolvimento que deveria ter conduzido o capitalismo a não ter mais nenhuma “justificação histórica” (HEGEL, 2004).

O problema então é este: se o desenvolvimento da sociedade revolucionária é consequência daquele modelo industrial que determinou a afirmação do capitalismo no Ocidente, não nasce aqui uma relação *essencial* com o adversário? Estamos diante de um problema paradoxal, teórico e prático, de um socialismo que para se afirmar deve se fazer, ele mesmo, capitalismo e realizar o que foi feito pela burguesia no Ocidente.

PASSAGENS HISTÓRICAS EM HEGEL E MARX

No longo § 3 dos *Princípios da Filosofia do direito*, Hegel especifica duas categorias decisivas para a leitura do seu sistema: a “explicação e justificação histórica” (HEGEL, 1970) e a “justificação válida *em si e para si*” que tem que se referir ao “desenvolvimento do conceito” (HEGEL, 1970).

Frente ao movimento histórico no seu desenvolvimento, que responde ao conceito (o qual não é abstrato, mas se manifesta em determinadas formas históricas), o que possui somente “justificação histórica”:

Quando a origem de uma instituição nas suas determinadas circunstâncias se mostra completamente adequada ao objetivo e necessária e então realizou isso que o ponto de vista histórico [*der historische Standpunkt*] exige, em consequência, se isso deve passar para uma justificação universal da mesma coisa, [...] que [...], uma vez que tais circunstâncias não existem mais, a instituição então perdeu o seu sentido e o seu direito [*ihren Sinn und ihr Recht*] (HEGEL, 2004, p. 22).

Podemos dizer, interpretando Hegel, que o conceito se manifesta em formas históricas determinadas que constituem o seu desenvolvimento em direção da realização, para a plena identidade consigo mesmo: uma vez que essas desenvolveram as premissas para um novo estágio histórico-conceitual, uma vez que tem conduzido a isso, meramente subsistem e irão decair. Mas ao decair, não desaparecerão de forma absoluta: no movimento dialético serão exatamente esses, por meio do movimento das suas formas mais avançadas, a constituir a origem de uma nova fase histórica. Uma origem que não é a verdade, o conteúdo autêntico, específico, o qual se dá, ao invés disso, como resultado no processo.

Leremos agora o que Marx e Engels escrevem no *Manifesto do Partido Comunista*:

Os meios de produção e de troca sobre cuja base se formou a burguesia foram produzidos na sociedade feudal. Em um certo estágio do desenvolvimento desses meios de produção e troca, as relações no interior das quais a sociedade feudal produzia e trocava, vale dizer, a organização feudal da agricultura e da manufatura, em uma palavra, as relações feudais de propriedade, não corresponderam mais as forças produtivas já desenvolvidas. Atravancavam a produção ao invés de promovê-la. Se transformaram em novas correntes. Essas deveriam ser quebradas e foram quebradas (MARX; ENGELS, 2003, p. 12-13).

A implantação geral do raciocínio é, evidentemente, tributário do raciocínio hegeliano que já vimos. Não se trata de “marxianizar” Hegel ou “hegelianizar” Marx: não se pode, porém, não relevar como o materialismo histórico deve propriamente a Hegel a teorização da modalidade para a qual acontecem as passagens históricas. Em Marx, o “conceito” assume caráter muito problemático (é o problema daquilo que é propriamente histórico e daquilo que resiste e permanece no movimento histórico); ao mesmo tempo, porém, o trecho citado, mesmo com uma perspectiva particular, não possui nada de diferente daquilo teorizado por Hegel no parágrafo 3.

Em outras palavras, Marx e Engels observam que o capitalismo está perdendo a própria “justificação histórica”. Ele criou as condições de uma nova fase², a qual não consegue corresponder. Deve então que ser superado: “As relações burguesas se tornaram estreitas demais para poder conter a riqueza criada pelas forças produtivas” (MARX; ENGELS, 2003, p. 14). Essa passagem, porém, é a insígnia do conflito:

Já fazem décadas que a história da indústria e do comércio é somente a história das rebeliões das modernas forças produtivas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que constituem as condições de vida da burguesia e do seu domínio (MARX; ENGELS, 2003, p. 13).

Essa *emergência*, que não brota de *desejos* nem individuais nem coletivos, tem necessariamente uma base objetiva - o desenvolvimento das forças produtivas -, na base da qual, sucessivamente, pode enxertar-se a subjetividade. A base objetiva, porém, nunca há de ser absolutizada, porque é a condição necessária, mas não suficiente. A essa deve se acompanhar uma subjetividade capaz de cumprir a passagem histórica naquele momento em andamento. Mas esse amálgama objetividade/subjetividade não comporta passagens de épocas absolutas na sua própria nitidez, “puras”, mas ao contrário, progressões e desvios laterais, interações entre diversos elementos que, em uma determinada fase histórica, podem assumir e desenvolver funções diferentes. Mesmo com a permanência de alguns

² Aqui é presente a categoria hegeliana de salto qualitativo, que pode assumir a validade de categoria revolucionária; sobre esse aspecto cf. (LOSURDO, 2001, p. 217-251.)

elementos particulares, é o todo que exprime uma diferente configuração e é essa configuração que confere sentido e função aos elementos.

Uma fase histórica nova e ulterior é então aquela na qual acontece uma reconfiguração do todo, de tal forma a exprimir elementos novos, mas também capaz de modificar o sentido dos outros que permanecem e, naturalmente, de superar definitivamente aqueles que não tem mais razão de ser, “justificação histórica”. Mas, essa passagem histórica não pode acontecer se não se criou uma base objetiva sólida e madura, cujo um dos elementos é o desenvolvimento das forças produtivas. Um desenvolvimento que deve, em seguida, se amalgamar a uma subjetividade madura e adequada, capaz de construir uma ordem que realize todas as suas potencialidades. Uma subjetividade, porém, necessitante por sua vez de uma correspondente objetividade, sem a qual permaneceria no desejo de algo, cujas condições materiais não existem.

De qual natureza é, porém, essa “riqueza” que confere sentido ao desenvolvimento das forças produtivas? Não estamos frente a um contínuo e infinito fortalecimento da potência nietzschiano, mas a uma *medium* pela liberdade, cuja base - aqui está o sentido dessa “riqueza” -, é o bem-estar material.

DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS E NOVAS FASES HISTÓRICAS

A fulminante conclusão do *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens* de Rousseau registra perfeitamente o desequilíbrio – a desigualdade, de fato - presente na sociedade. Como acabar com uma condição, não certamente temporária, na qual “um pequeno grupo de homens, desfrute de coisas desnecessárias, ao mesmo tempo que a maioria faminta não tem o necessário?” (ROSSEAU, 2005, p. 205). A resposta de Marx e Engels se move com nitidez na direção não da difusão da pobreza, de uma miséria igualmente universal, mas do bem-estar universal (diferente do luxo e do excedente: se subsiste uma condição de excesso, essa somente pode ser possível por meio de uma correspondente situação de escassez). Como é possível um bem-estar material universal? Certamente, isso se dará a partir de uma redistribuição orientada na direção da equidade e

da justiça, mas também é preciso que exista a possibilidade concreta, técnica, de um aumento dos bens a disposição. Esse aumento dos bens, quantitativos e qualitativos, é possível por meio de um aumento da produtividade que implica, por sua vez, o desenvolvimento das forças produtivas.

Chegamos assim ao nó teórico e prático. É preciso desenvolver uma estratégia para aumentar em cada situação determinada o desenvolvimento das forças produtivas, condição necessária para abrir a passagem histórica além do capitalismo; observando ao concreto desenvolvimento histórico, é preciso, porém, reconhecer uma processualidade do tempo histórico que se realiza através de passagens determinadas. Em outras palavras, não é possível pensar em uma superação do capitalismo que não passe por meio de um dos seus elementos fundamentais: o desenvolvimento tecnológico-industrial. Caso contrário, será difícil elaborar um projeto concretamente aplicável na história que não olhe romanticamente ao passado pré-industrial e pré-capitalista e às nostalgias do mundo agrário³.

Nada mais distante de Marx que um preconceito sobre o aumento da riqueza. Pelo contrário, como vimos no Manifesto, a burguesia cai precisamente porque é inadequada para gerir o poderoso desenvolvimento das forças produtivas em andamento. O acento sobre a “riqueza” é conservado mais de dez anos depois nos *Grundrisse*, quando Marx reflete sobre o seu específico conteúdo de emancipação: a sociedade post-capitalista é aquela capaz de realizar completamente a riqueza, que ao invés no “mundo moderno” se apresenta somente

Como escopo da produção⁴. De fato, porém, se a riqueza se despede de sua limitada forma burguesa, o que é a riqueza se não a universalidade das necessidades, das capacidades, dos gozos, das forças produtivas etc., dos indivíduos, gerada na troca universal? O que é senão o completo desenvolvimento do domínio do homem sobre as forças da natureza, seja aquelas da assim chamada natureza, seja sobre aquelas da sua própria natureza? O que é senão a explicitação absoluta dos seus dotes criativos, sem outro pressuposto a não ser o precedente desenvolvimento histórico, que rende fim em si mesma essa totalidade do desenvolvimento, ou seja, do desenvolvimento de todas as forças

³ Daí o engajamento dos movimentos progressistas atuais ao “ecologismo” heideggeriano. Sobre Heidegger e a técnica nos permitimos indicar (GRIMALDI, 2015).

⁴ Pouco antes se pode ler “a produção como escopo do homem” (MARX, 1976, p. 466).

humanas como tais, não mensurada com um metro *já dado*. Na qual o homem não se reproduz em uma dimensão determinada, mas produz a sua totalidade? Onde não busca permanecer algo de acabado, mas é no movimento absoluto do devir? (MARX, 1976, p. 466).

Nunca a “riqueza” é condenada como tal por Marx, senão no contexto da desigualdade e da exploração universais. Não é o *ressentimento* contra a riqueza e ao bem-estar material que o move, portanto, mas a recusa das formas excludentes e produtoras de desigualdade. A sociedade pós-capitalista realiza o universal, liberando todas as potencialidades dos períodos precedentes. Na história não existem fases últimas, definitivas, mas um contínuo progresso, uma tortuosa ampliação da esfera da liberdade entre um movimento histórico que sabe abrir o conteúdo progressivo do passado, mas não é mera realização disso, porém, abertura de condições de possibilidade inéditas e mais avançadas. É a potência desagregadora, combinadora e inovadora da *Aufhebung*, a permitir que os novos níveis alcançados não sejam a realização *tout court* do que já foi, nem *novitas absoluta*. Nesse quadro, e não certamente no sentido de um movimento na direção do “fim da dialética” (NEGRI, 2016, p. 252), podemos ler quanto expresso nos *Grundrisse*:

No ato da reprodução mesma [do “*mesmo modo de existência objetivo*”] mudam não somente as condições objetivas, por exemplo a aldeia se transforma em cidade, o bosque em terreno cultivável etc., mas mudam também os produtores em quanto explicitam novas qualidades, desenvolvem e transformam a si mesmos por meio da produção, criam novas forças e novas concepções, novos modos de trânsito, novas necessidades e uma nova linguagem (MARX, 1976, p. 474).

A superação do capitalismo não é então o renascimento total (cujo motivo é, porém presente em Marx), mas um desenvolvimento sobre um plano qualitativamente superior e mais avançado a partir dos elementos que existem na realidade presente e que, por força imanente, transcendem a si mesmos. Os produtores “criam novas necessidades”: estamos nos antípodas do idílio do campestre, da celebração da vida “simples”, que é hoje tanto em voga, mas, que não constitui a transfiguração do “idiotismo

da vida rural” (MARX; ENGELS, 2003, p. 11) e da dupla moral família/trabalho. A necessidade da industrialização não comporta a transformação do planeta em uma fábrica tóxica, nem a atomização das relações sociais. Do mesmo modo, o idílio família-rural que está por trás de cada referência, a simplicidade e a autenticidade não é frequentemente e com boa vontade, nada de diferente que a transfiguração nostálgica de modos de vida ligados ao mundo pré-industrial, nem mais verdadeiros nem mais falsos daqueles que se apresentaram sucessivamente. E isso por um motivo simples: os segundos brotam dos primeiros, é o consequente desenvolvimento a partir das suas premissas.

Pensemos na usina hidroelétrica: é, pois, muito menos natural e autêntica que um moinho de vento, rede de uma transfiguração dos bons tempos idos que ideologicamente remove a fadiga, a fome e a violência da pré-modernidade? Isso não significa negar os aspectos negativos da vida moderna: porém, não existe nenhuma vida autêntica a ser restaurada, mas premissas de liberdade a serem mantidas e novas liberdades a serem conquistadas. E existem também “novas necessidades” evocadas por Marx, que não são caprichos do homem moderno, mas uma ampliação da esfera da liberdade. Uma liberdade que a um certo ponto aparece restrita, pois se produziram as condições de uma nova fase, da qual o desenvolvimento das forças produtivas é premissa decisiva.

AUTOMAÇÃO DOS PROCESSOS PRODUTIVAS E LIBERAÇÃO DO TRABALHO

Voltamos agora aos *Princípios da filosofia do direito* hegeliano, e precisamente ao § 198, onde Hegel registra a tendência histórica (obtida por meio “das divisões do trabalho”) graças a qual “o trabalho” torna-se “sempre mais *mecânico* e então ao final adequado para que o homem possa retirar-se e colocar no seu lugar a *máquina*” (HEGEL, 2004, p. 163). E lemos também o Marx dos *Grundrisse*:

O caminho por meio do qual surgiu o maquinário na sua totalidade, e [...] o caminho por meio do qual ele se desenvolve em detalhe, [...] é a análise - por meio da divisão do trabalho, que já transforma sempre mais em operações mecânicas as operações dos operários, assim que

a um certo ponto o mecanismo pode tomar o seu lugar. (MARX, 1976, p. 716).

A conexão de Marx a Hegel é claríssima, mas não é sobre isso que queremos concentrar a nossa atenção, mas sobre o fato que a partir dessa tendência histórica objetiva, Marx pensa a passagem histórica pós-capitalista: a automação dos processos produtivos é uma nova base para a ampliação da liberdade.

A esse propósito, Marx não é ingênuo: ao invés de realizar o sonho, já dos antigos⁵, da liberação da fadiga do trabalho, a máquina submete majoritariamente o operário a exploração capitalista⁶. Marx e Engels são extremamente claros em relação a isso no Manifesto (a mesma abordagem ao problema será utilizado por Marx ao longo de toda a sua evolução):

Os operários [...] como soldados simples da indústria são subordinados a vigilância de uma inteira hierarquia de oficiais e suboficiais. Não são somente servos da classe burguesa, do Estado burguês, mas cada dia e cada hora são submissos também a máquina, ao vigilante, e sobretudo ao burguês dono da fábrica (MARX; ENGELS, 2003, p. 15-16).

Nem falta reconhecer a crescente alienação do trabalho devido a máquina: “o operário torna-se um simples acessório da máquina” (MARX; ENGELS, 2003, p. 15), que assim amplia sempre majoritariamente a distância entre a ação particular na cadeia de produção e o produto acabado, sempre mais subtraído ao mesmo trabalhador. Mas, a solução não é nem a destruição das máquinas, nem a volta ao arado: essa é situada propriamente em plano aberto, inaugurado da automação dos processos produtivos.

Sim, no contexto capitalista, a máquina submete sempre mais o trabalho, mas ao mesmo tempo cria as premissas objetivas de uma liberação do mesmo trabalho. O “retrair-se” (que vimos em Hegel) do homem, do trabalho desenvolvido agora pela máquina, é também um “liberar-se” daquela cota de trabalho agora efetuada no seu “lugar” pela máquina. Certamente, o capital possui uma estrutura específica, na qual o lugar do

⁵ Marx, n'O Capital, cita Aristóteles e Antipatro (MARX, 2009, p. 544-545.)

⁶ Veja (MARX, 2009, p. 501-656.)

trabalho não se determina como emancipação, mas se reconfigura para realizar o máximo lucro do capitalista e a máxima acumulação do capital. E, porém, as máquinas têm em si não somente em *potência*, mas também *de fato*, a disposição efetiva de uma emancipação do trabalho realizável em uma diversa e mais avançada configuração econômica, social e política.

Pensando no uso das máquinas no sistema capitalista e sobre a não-acidentalidade de suas invenções (essas permitem sempre um maior aumento da produtividade e do lucro), Marx não sobrepõe a origem histórica (capitalista) das máquinas com as potencialidades contidas no seu desenvolvimento (presente e futuro):

Isso não significa absolutamente que [o maquinário em si] seja capital, ou que sua existência como maquinário seja idêntica a sua existência como capital; assim como o ouro não cessaria de ter o seu valor de uso enquanto ouro pelo fato de não ser mais *dinheiro*. O maquinário não perde o seu valor de uso no momento em quem cessa de ser capital. Do fato que o maquinário é a forma mais adequada do valor de uso do capital fixo, não se desdobra absolutamente que a subsunção na relação social do capital seja a relação social mais adequada e última para a utilização desse maquinário (MARX, 1976, p. 710-711)⁷.

E pouco depois: “o capital, sem ter a intenção, reduz ao mínimo o trabalho humano, o desgaste de energia. Isso será uma vantagem do trabalho emancipado, e é uma condição da sua emancipação” (MARX, 1976, p. 713).

Se o primeiro trecho citado, leva-nos à pergunta sobre qual possa ser a relação social de produção “mais adequada” (sobre quanto pode ser “o último”, se pode ser também mais cauteloso) “para o emprego do maquinário”, o segundo nos confronta com a espinhosa questão da alternativa liberação *de* trabalho / liberação *do* trabalho. Se, de fato, as máquinas permitem uma nova fase da história do trabalho, tal nova fase é travada, obstaculizada pelo capital, e então, da concentração do máximo lucro e da máxima acumulação nas mãos do capitalista. Circunstância que impede o cumprimento de todas as potencialidades da automação dos processos produtivos em termos

⁷ Uma impostação análoga da questão é repetida n'O Capital, veja-se (MARX, 2009, p. 583-584.)

de riqueza distribuída socialmente e da qualidade de vida dos indivíduos (mas também da possibilidade do desenvolvimento das mesmas máquinas, projetadas de acordo com as exigências de uma sociedade mais avançada, com “novas necessidades” etc.).

De um lado há a possibilidade de pôr fim, materialmente, a desigualdade denunciada por Rousseau, da qual falta a justificação técnica da carência de bens para todos; de outro, se abre a possibilidade de uma aproximação diversa do trabalho e de um diferente estilo de vida. Em ambos os casos, o ponto decisivo é a universalização do moderno aparato técnico-industrial, dos seus benefícios e do melhoramento da qualidade de vida que deriva disso⁸, e, em paralelo, a inspiração universalista que move a ação do proletariado, uma classe que não liberta somente a si mesma, mas através dela, a humanidade⁹. Nesse sentido, não há em Marx particularismo operário, mas tensão universal. Uma tensão que acha, contudo, a própria base objetiva naquela automação dos processos produtivos que permite o aumento da produção (e então dos bens disponíveis) e a emancipação *de* trabalho.

Claramente, o simples aumento dos bens (primários ou não), não é suficiente: é preciso reconfigurar em um novo plano a distribuição e a possibilidade de acesso efetivo aos produtos. Esse novo plano contém um novo e superior nível de socialização, ou seja, uma ampliação da fruição dos bens e de suas acessibilidades. Não é suficiente, isto é, o aumento dos bens disponíveis e uma baixa geral dos preços como concessão pelo alto, talvez para conter os conflitos e manter, em uma determinada conjuntura, a paz social. Fruição e acessibilidade devem, em outras palavras, ser possibilidades concretas, premissas por meio de uma redefinição dos direitos econômicos e sociais adquiridos pelos sujeitos reconhecidos como tais. Por isso a regra-guia não se torna mais o lucro pelo lucro e a acumulação enquanto acumulação, mas a produção como *meio* de riqueza

⁸ Em *O homem e a técnica. Ascensão e declínio da civilização das máquinas*, Spengler acusa o Ocidente de ter desvelado a técnica aos povos coloniais e em geral não-brancos, os quais a utilizaram em detrimento do mesmo Ocidente. Veja-se (SPENGLER, 2008, p. 103-105). Evidentemente é alheio do pensamento de Spengler qualquer tensão entre igualdade e do universalismo.

⁹ Veja-se (MARX; ENGELS, 2003, p. 37).

social¹⁰. Nesse contexto, desaparece progressivamente a função puramente instrumental do trabalho humano que, porém, não se torna jamais infantil ou aristocrática, pretensa de uma liberação *do* trabalho em si mesmo.

Se, como já vimos, não se pode falar de socialismo sem desenvolvimento das forças produtivas, premissa para uma fase histórica nova e mais avançada, então, parece também que não seja possível pensar tal desenvolvimento segundo uma via diferente daquela da industrialização e do confronto com a sua matriz capitalista.

DENTRO DO CAPITALISMO, RUMO A UMA NOVA FASE

A lição da Revolução de Outubro é, nesse sentido, fortemente instrutiva. Chegado o momento de provar os fatos, houve, com Lenin, que renunciar ao imediatismo do socialismo e mover-se em direção a uma industrialização que comportou a adoção de elementos capitalistas, incluído o famoso “capitalismo de Estado” (LENIN, 2017, p. 467). Sobre essa união de eventos Lenin se pronuncia com aquela que podemos definir uma máxima de caráter geral: “Tudo isso nunca foi previsto, mas todavia, esse é um fato incontestável” (LENIN, 2017, p. 467).

É a resignação a uma situação absolutamente determinada e imodificável? Não, a questão é exatamente essa: se não reconhecermos a natureza objetiva de uma conjuntura histórica, acabaremos dominados por ela. O socialismo moveu os seus primeiros passos na Europa, depois chegou a Rússia e a partir dali inspirou uma parte não minoritária do mundo não industrializado. Realizou-se o socialismo? Não. Porém, nunca devemos subestimar um movimento de emancipação política e econômica em amplíssima escala, que tem entre mil dificuldades, enunciado o direito ao reconhecimento dos excluídos do sacro espaço político e econômico das *elites* e tirou da ameaça de morte por inanição centenas de milhões de pessoas.

¹⁰ O que não exclui de nenhuma forma a possibilidade de manter instrumentos empresariais voltados a organização e a racionalização da produção e da riqueza acumulada, não mais voltadas ao interesse meramente privado, mas que não se resolvem em automatismos e desregulações possíveis por meio de melhores disposições do ânimo dos homens.

Na realidade, assim como nunca existiu um capitalismo puro, não existem também socialismo e comunismo puros, e a medida não é a consonância do real com as aspirações dos puristas a um mundo melhor e com os Textos Sacros, mas a ampliação ou não das liberdades e do direito, e a elevação ou não dos standards de vida, junto ao procedimento mediado em direção a esses. Uma das lições fundamentais do outubro leniniano é então essa: a necessidade (em concreto, não somente em teoria) do desenvolvimento das forças produtivas para melhorar as condições de vida e definir as premissas para uma nova fase histórica mais avançada (o socialismo). Esse desenvolvimento passa necessariamente pela industrialização e a industrialização implica em dinâmicas também dolorosas mas, de acordo com quanto a história até hoje nos mostrou, inelutáveis.

Nesse ponto Lenin, chegando a gerir concretamente o poder no objetivo primeiro de construir o socialismo, entende a nova fase histórica como a herdeira dos pontos mais avançados daquela precedente, que convida diretamente a olhar às estratégias e aos modos de produção capitalistas naquele momento mais na vanguarda: “devemos aprender o socialismo em larga medida dos dirigentes dos trustes, devemos aprender o socialismo dos máximos organizadores do capitalismo” (LENIN, 2017, p. 171). E ocorre “introduzir em toda a Rússia o sistema Taylor e o aumento científico americano da produtividade do trabalho” (LENIN, 2017, p. 174). Certamente, o “sistema Taylor” resulta particularmente odioso, mas isso na variável capitalista, que é aquela originária, mas não a única. Recordamos aquilo dito por Marx a propósito das máquinas: a sua validade vai além da do capital e isso vale também para um sistema de produção como o taylorismo, que, ao contrário, pode abrir espaços de emancipação *do* trabalho.

Para Lenin é preciso utilizar tal sistema relacionando-o a uma

Redução do horário de trabalho, a utilização de novos métodos de produção e de organização do trabalho sem nenhum dano para a força de trabalho da classe trabalhadora. Pelo contrário, a utilização do sistema Taylor, justamente dirigido pelos mesmos trabalhadores, se esses forem suficientemente conscientes, será o meio mais seguro para

uma ulterior e grandíssima redução da jornada de trabalho obrigatória para toda a população trabalhadora (LENIN, 2017, p.174).

Essa é a perspectiva leniniana, que não resulta, porém, completa, se obscurecida da importância nas comparações da consciência e maturidade da “população trabalhadora”: nenhuma conjuntura objetiva pode ser suficiente, na verdade, se não tem um sujeito que naquele mesmo nível pode agir. Mais precisamente: nenhuma conjuntura objetiva pode ser por si mesma suficiente, se não é também o produto de uma consciência subjetiva madura, capaz - porque envolvida na relação objeto/sujeito (que é recíproco, dialético) - de ser à altura da gestão daquela mesma conjuntura.

Nessa ótica, parece totalmente infrutífero e insensato discutir sobre decrescimento, sobre economia no modelo dos mosteiros ou sobre cultivos domésticos, como hoje acontece frequentemente, favorecendo formas diferentes de aversão, escondidas ou não, em direção à modernidade. É preciso, ao invés disso, olhar e dirigir a atenção aos locais onde o desenvolvimento das forças produtivas é mais avançado, onde também são mais avançados os modos de produção, e onde se desenvolvem, então, modelos e modos de vidas adequados àquele nível. O que não implica o desaparecer de cada dificuldade e de cada conflito, o bem-estar total e o fim da alienação, mas a capacidade de ter juntos novas conquistas e novos modelos de bem-estar com novas dificuldades, novos conflitos, novos níveis de alienação. É daqui que se passa a nova fase histórica mais avançada, não certamente do regresso a fases históricas precedentes: são essas novas dificuldades, inéditos conflitos e níveis de alienação, que é preciso resolver e superar, sob pena de reproduzir o imobilismo e a regressão.

Portanto, é necessário não se voltar (atrás) em direção ao mito do idílio romântico-agrícola, mas (adiante) em direção aos lugares onde os modos de produção e estilos de vida são mais avançados ou onde há essa tensão para o avanço. O imaginário do socialismo não é como o mundo vazio dos sonhos, mas como aquele não-lugar, *u-tópico* que quer se tornar o lugar e a realidade, se objetivar como utopia e se realizar concretamente, porque somente essa passagem o faz verdade. É no imaginário que se

entrevê, embora confusamente, o futuro, que imprime a realidade do presente no movimento em direção àquelas imagens: imagens-guia do futuro *no* presente, a partir disso e não de um totalmente-outro. Somente cultivando aquele imaginário, metropolitano e cosmopolita, será possível estar à altura de uma nova fase histórica progressiva.

REFERÊNCIAS

- GRIMALDI, G., *Oltre le tempeste d'acciaio: tecnica e modernità em Heidegger, Junger, Schmitt*. Roma: Carocci, 2015.
- HEGEL, G.W.F. *Lineamenti di filosofia del diritto: diritto naturale e scienza dello Stato in compendio* (1821). Roma; Bari: Laterza, 2004.
- HEGEL, G. W. F. *Grundlinien der Philosophie des Rechts oder Naturrecht und Staatswissenschaft im Grundrisse* (1821). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1970.
- LENIN, V. *Economia della rivoluzione*. Milan: il Saggiatore, 2017.
- LOSURDO, D. *L'ipocondria dell'impolitico: la critica di Hegel ieri e oggi*. Lecce: Milella, 2001.
- MARX, K. *Lineamenti fondamentali di critica dell'economia politica (Grundrisse)*. Turin: Einaudi, 1976.
- MARX, K. *Il capitale*. Libro primo(1867). Turin: UTET, 2009.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto del partito comunista* (1848). Roma; Bari: Laterza, 2003.
- NEGRI, A., *Marx oltre Marx*. Roma: Manifestolibri, 2016.
- ROUSSEAU, J.J. *Scritti politici*. Volume primo. Roma; Bari: Laterza, 2005.
- SPENGLER, O. *L'uomo e la tecnica: ascesa e declino della civiltà delle macchine* (1931). Prato: Piano B, 2008.